

**O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A CONTRARREVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA:
REPRESSÃO POLÍTICA E LUTAS SOCIAIS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO À
DEMOCRACIA RESTRITA (1974-1988)**

**EL PARTIDO DE LOS TRABAJADORES Y LA CONTRARREVOLUCIÓN DEMOCRÁTICA:
REPRESIÓN POLÍTICA Y LUCHAS SOCIALES EN EL PROCESO DE TRANSICIÓN A LA
DEMOCRACIA RESTRINGIDA.**

**THE WORKERS PARTY AND THE DEMOCRATIC COUNTER-REVOLUTION:
POLITICAL REPRESSION AND SOCIAL STRUGGLES DURING THE TRANSITION TO
A RESTRICTED DEMOCRACY (1974-1988).**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i1.59121>

João Pedro Thimoteo¹

Resumo: O presente artigo visa mapear a forma como o regime ditatorial empresarial-militar monitorou, interagiu e reprimiu os movimentos de massa da classe trabalhadora que, ao final da década de 1970, constituíram o Partido dos Trabalhadores e o petismo. Com base em fontes primárias, colhidas nos arquivos da comunidade de informações da ditadura, buscaremos interpretar a relação entre a ditadura e o PT nos marcos do processo de transição política vivido, à época, no país. Buscaremos, da mesma forma, inserir a transição em um quadro mais amplo da formação social brasileira.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Transição democrática. Ditadura empresarial-militar. Contrarrevolução preventiva. Autocracia burguesa.

Resumen: Este artículo pretende mapear la forma con que el régimen dictatorial empresarial-militar monitoreó, interactuó y reprimió los movimientos de masas de la clase trabajadora que, a finales de los años 1970, constituían el Partido de los Trabajadores y el “petismo”. A partir de fuentes primarias, recopiladas en los archivos de la comunidad informativa de la dictadura, buscaremos interpretar la relación entre la dictadura y el PT en el marco del proceso de transición política vivido, en este momento, en el país. Buscaremos, de la misma manera, insertar la transición en un marco más amplio de la formación social brasileña.

Palabras clave: Partido de los Trabajadores. Transición democrática. Dictadura empresarial-militar. Contrarrevolución preventiva. Autocracia burguesa.

Abstract: This article aims to map the way in which the entrepreneurial-military dictatorial regime monitored, interacted and repressed the mass movements of the working class that, at the end of the 1970s, constituted the Workers' Party and the “petismo”. Based on primary sources, collected from the archives of the dictatorship's information community, we will seek to interpret the relationship between the dictatorship and the PT within the framework of the political transition process experienced, at the time, by the country. We will seek, in the same way, to insert the transition into a broader framework of the Brazilian social formation.

Keywords: Worker's Party. Democratic transition. Entrepreneurial-military regime. Preventive Counter-revolution. Bourgeois autocracy.

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender como a formação e atuação inicial do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos movimentos de massa mais amplos que constituíram o fenômeno social e político do *petismo* — à exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento do Custo de Vida (MCV) —, foi interpretada pelos órgãos de informação, segurança e repressão vinculados à ditadura empresarial-militar.

Estamos lidando com uma temática que se situa em uma fase já avançada do processo de transição política no Brasil, que consolidou, com a Constituição de 1988, um regime político de tipo democrático no nosso país. Nossa pesquisa² visa enriquecer, portanto, os estudos acerca da maneira como o regime ditatorial lidou com o surgimento de uma *oposição classista de massas* durante a transição, o que, julgamos, pode contribuir à compreensão do significado que a abertura adquiriu para a ditadura e seu núcleo dirigente. Da mesma forma, também avançaremos em algumas considerações acerca da participação política e social das classes trabalhadoras durante a abertura “lenta, gradual e segura”, proposta pelo ditador Ernesto Geisel em 1974³.

Há uma grande discussão na bibliografia especializada — que é, simultaneamente, acadêmica e política — acerca da *natureza* mais profunda da transição à democracia no Brasil: a abertura seguiu, até o final, o *projeto* proposto por Geisel, constituindo-se, portanto, em mera autorreforma da ditadura, dirigida pelo núcleo dirigente do próprio regime, ou, ao contrário, o movimento de massas e as oposições conseguiram, ao decorrer do *processo* de transição, ganhar posições importantes, e influenciar decisivamente o rumo da democracia que viria a ser alcançada em 1988?

A proposta de diferenciação entre projeto e processo de abertura é de Luiz Werneck Vianna, e foi endossada por uma série de pesquisadores, dentre eles a cientista política Eli Diniz. Busca-se, sobretudo, valorizar as massivas campanhas populares que, ao decorrer das décadas de 1970 e 1980, mobilizaram milhões de brasileiros — como é o caso das greves no ABCD paulista, da luta em defesa da Anistia ou do movimento das Diretas Já, para citar apenas alguns (VIANNA, 1983; DINIZ, 1986). O argumento indica que o processo de transição não foi controlado pelo núcleo dirigente da ditadura, e que, em sua dinâmica concreta, a abertura política foi “profundamente influenciada pela ação da *sociedade* e das forças políticas de oposição (ARAÚJO, 2015, p. 69). É preciso, no entanto, problematizar algumas das conclusões decorrentes de tal perspectiva.

Sob o pretexto de realizar uma leitura do processo político que leve em consideração a agência das classes dominadas — o que de forma alguma é, em si, uma proposta irrazoável ou desimportante —, opera-se um verdadeiro processo de mistificação da natureza classista do regime democrático instaurado em 1988. Mais do que isso, tornou-se comum a acusação de que os pesquisadores que não aderem à hipótese da “transição por colapso” (MAINWARING e VIOLA, 1985) defendem uma suposta visão “conservadora”, cuja recusa a pensar a “sociedade organizada” como parte do processo político leva à crença de que a história ocorre em um cenário vazio, onde certos “atores políticos” — nesse caso, as classes dominantes —, são capazes de controlar todas as falas (DA SILVA, 2003).

Tal perspectiva parece deixar os estudiosos da transição política diante da seguinte sinuca de bico: ou celebrar acriticamente o processo que levou à constituição de um regime político democrático no Brasil, ou, maquiavelicamente, adotar uma perspectiva reacionária segundo a qual a classe dominante é capaz de, em condições de laboratório químico, controlar o processo político. Certamente, nenhuma das duas posições é razoável para o intelectual que partilha de uma postura crítica perante a sociabilidade capitalista. Que sabe, portanto, que os regimes políticos que decorrem de um Estado burguês, sejam eles democráticos ou ditatoriais, consagram a ordem político-social vigente, organizando a dominação política da classe dominante sobre a classe dominada (LEMOS, 2014a). Mas sabe, igualmente, que as classes trabalhadoras, historicamente, esforçam-se para, a partir de brechas abertas pela luta política, acumular conquistas parciais que, apesar de limitadas, são importantíssimas para fazer frente à força avassaladora do capital.

Conforme identificado pelo pesquisador marxista Renato Lemos, é preciso levar em consideração que boa parte dos historiadores e cientistas políticos que analisam a transição política tropeçam no seguinte “obstáculo epistemológico”: ao identificarem-se com uma perspectiva liberal-democrática, cega aos limites da democracia no interior de um Estado burguês e de uma sociedade capitalista, tornam-se inaptas para conhecer a realidade que pretendem explicar (LEMOS, 2018, p. 473). Crítica semelhante, a qual corroboramos, foi postulada por Florestan Fernandes: por seu comprometimento com a democracia liberal, estes autores acabam transformando-se em prisioneiros das “limitações insanáveis da consciência burguesa [...] em consequência, a ‘defesa da ordem’ se instaura no horizonte intelectual do analista político” (FERNANDES, 1979, p. 9).

Nosso intuito, portanto, ao iniciar a exposição com esta discussão, é destacar que, segundo o método de investigação que embasa a nossa pesquisa, não há contradição entre, por um lado, destacar a participação intensa das classes trabalhadoras durante as décadas de 1970 e 1980 e, do outro, considerar que o processo de transição política que levou ao fim da ditadura empresarial-militar não foi *impulsionado* pela oposição classista, ainda que o estabelecimento de um regime formalmente democrático fosse, por óbvio, de seu interesse. Não nos interessa imputar às classes dominadas uma vitória que não é sua, mas que, ao contrário, significou a derrota parcial do programa de transformações radicais da sociedade brasileira que as facções mais à esquerda da classe trabalhadora formularam durante o processo de transição, e que, caso vitorioso, levaria a uma democratização não apenas jurídico-formal, mas, sobretudo, social e política. Deste ponto de vista, não há contrassenso em afirmar, simultaneamente, que, ainda que a luta de classes tenha sido intensa durante o processo de transição, a condução do processo político seguiu uma direção burguesa.

A pesquisa que realizamos buscou compreender, com base em fontes primárias colhidas dos arquivos de segurança e informação do regime, a maneira como a ditadura monitorou e reprimiu os movimentos classistas de massas, cujo petismo constituiu fração privilegiada. Entender como o regime, em seu momento de abertura política, lidou com o ressurgimento de mobilizações da classe trabalhadora, pode nos ajudar a compreender qual o projeto de transição democrática formulado pelo seu núcleo dirigente, projeto que, julgamos, viu-se vitorioso com a consolidação, em 1988 de uma *democracia restrita*, cujas fontes

do poder político estão blindadas à participação das classes trabalhadoras e que, por conseguinte, necessitava derrotar, cooptar, neutralizar ou isolar politicamente os segmentos mais conscientes e radicais do petismo.

Transição política e ressurgimento da oposição de massas.

Um dos poucos consensos historiográficos existentes acerca do processo de transição é que, independentemente de quem tenha tido a iniciativa de deflagrá-la, a abertura política não partiu de uma súbita conversão democrática dos quadros dirigentes do regime ditatorial⁴. É preciso considerar, portanto, que a *decisão* de iniciar o processo partiu de um julgamento estratégico elaborado no interior do regime. Havia, conseqüentemente, um *projeto* de abertura política, cuja idealização congregou o núcleo dirigente do regime, empresários e intelectuais brasileiros e estrangeiros — lembremos, por exemplo, do apoio dado por Samuel Huntington, importante intelectual orgânico do imperialismo, à elaboração do projeto aberturista, assim como de nomes importantes das ciências humanas nacional, à exemplo de Wanderley Guilherme dos Santos (HOEVELER, 2012a).

Consideramos que a meta estratégica deste projeto era a substituição do regime ditatorial por um regime democrático de natureza política e social *restrita*, cujo coroamento seria o estabelecimento de uma democracia que, ainda que jurídica e institucionalmente formal, fosse blindada de “pressões desestabilizadoras” — eufemismo cujo real significado, sabemos, é a participação efetiva das camadas populares e classes trabalhadoras no processo político. Deste ponto de vista, portanto, foram dirigentes situados no interior do regime que, a partir de 1973 e 1974, por iniciativa própria, e não por pressão externa, iniciaram o longo processo de abertura política.

Seguindo as trilhas do historiador Renato Lemos, consideramos que tal projeto de democracia restrita possui uma natureza *contrarrevolucionária*, ou, mais especificamente, *contrarrevolucionária preventiva*, visto que almejava construir um regime político “democrático e modernizador controlado por um Executivo forte — ao qual só partidos e coalizões conservadores teriam acesso efetivo —, dirigido por uma ‘elite’ tecnocrática e tecnoempresarial” (LEMOS, 2014b, p. 129). À diferença da ditadura, que apostou em métodos contrarrevolucionários terrorista de controle social — como, por exemplo, a repressão direta e a violência aberta—, a novidade do novo regime seria seu método *contrarrevolucionário democrático* (LEMOS, *idem*), cujo controle social e político seria realizada a partir de formas institucionais que buscam captar e canalizar as insatisfações para dentro do próprio regime, realizando uma “descompressão controlada pelo alto” (HOEVELER, 2012a).

Apesar de preferir, na caracterização do novo regime, a utilização do conceito de “democracia de cooptação” sobre o de “democracia restrita”, o sociólogo Florestan Fernandes realiza uma síntese absolutamente precisa acerca do projeto das classes dominantes para a abertura:

Não se trata de um “retorno à democracia”, que nunca existiu, nem de uma tentativa de abrir o caminho para uma “experiência democrática” autêntica. O que as classes burguesas procuram é algo muito diverso. Elas pretendem criar condições normais para o funcionamento e o crescimento pacíficos da ordem social competitiva, que se achava estabelecida antes de 1964 e foi convulsionada em seus fundamentos ideais, e revitalizada, em seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, pelo desenvolvimento econômico

acelerado e pela contrarrevolução preventiva. Nem elas podem ou poderiam ir mais longe. Para fazê-lo, teriam de abrir mão de muitas coisas, que são, afinal de contas, essenciais para a sua sobrevivência como burguesia de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida (FERNANDES, 2020, p. 356).

Deste ponto de vista, portanto, consideramos que o projeto de abertura liderado por Ernesto Geisel não envolvia diretamente a proliferação de movimentos políticos de massa, e muito menos de movimentos cujas bases sociais estavam na classe trabalhadora.

Ao contrário, após o aniquilamento das organizações revolucionárias armadas, cujo marco absoluto é a derrota da guerrilha do Araguaia em 1974, os órgãos de segurança do regime ditatorial centraram seus esforços, justamente, na produção de informação e contrainformação acerca dos movimentos de massa, visando eliminar, desde pronto, as possibilidades de seu posterior desdobramento. Renato Lemos sustenta que, pelo menos a partir de março de 1974, o SNI começa a produzir uma série de informes cujo eixo central expressava a crescente importância da luta de massas nas estratégias da repressão (LEMOS, 2018). Outrora centrados nas organizações clandestinas, os documentos da comunidade de informações passam a concentrar-se nos movimentos e partidos que buscavam enraizamento popular, que focavam no “trabalho de base”, como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) — que não aderira à luta armada — e o chamado “Clero Progressista”, composto por movimentos vinculados à Igreja Católica que, influenciados pela Teologia da Libertação, faziam parte da oposição à ditadura.

É preciso lembrar que, do ponto de vista do regime ditatorial, o processo de abertura política envolvia, também, o saneamento do cenário político nacional, já que, no entendimento dos dirigentes da ditadura, seria imprudente que a liberalização em curso levasse ao poder os “inimigos” contra os quais o golpe de 1964 voltou, desde o princípio, suas armas. Mais de uma vez, Ernesto Geisel afirmou que a “volta aos quartéis” era apenas “mais uma fase da ‘Revolução’ [sic]”, e que não deveria ser vista como uma derrota do regime (TEIXEIRENSE, 2022, p. 114). É neste sentido que podemos compreender, por exemplo, o assassinato, sob torturas, entre 1973-1974, de um terço do Comitê Central do PCB, assim como a prisão de mais de dois mil de seus militantes⁵.

Em um documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Educação e Cultura (MEC), datado de agosto de 1979, afirma-se que, embora já estivesse “concluído o processo de desativação das organizações subversivas”, não dever-se-ia subestimar a capacidade dos militantes ainda em liberdade — inclusive os que não encontravam-se mais no Brasil — de refazer seu planejamento político, partindo para um novo ascenso revolucionário, “sob rigoroso planejamento de suas ações, com evolução planejada em ‘queima de etapas’ e *pugnando pela prioridade da ‘luta de massa’ sobre a ‘luta armada’*”⁶. Já a seção estadual do SNI do Rio Grande do Sul, por sua vez, analisando as medidas de liberalização política, afirmava que os órgãos de repressão deveriam ficar atentos, pois a possibilidade de manifestações políticas públicas seriam alvo fácil das “organizações subversivas”, todas em busca de “realizar suas ações de reorganização”⁷. A comunidade de informações considerava que o novo momento político era propício para “ações de proselitismo junto à massa trabalhadora”, e que “paralelamente ao processo de ‘abertura política’

recrudesceram as atividades subversivas no movimento operário-sindical”⁸. Abria-se, portanto, um novo estágio da luta de classes.

É preciso notar, no entanto, que não há consenso entre os pesquisadores acerca do posicionamento do regime ditatorial diante do recrudescimento de movimentos classistas de massas. A historiadora Ângela de Castro Gomes afirma que as temáticas sindicais e trabalhistas receberam atenção muito especial durante o governo Geisel, e que uma das perspectivas abertas pela distensão política era a de “devolver as administrações sindicais sob intervenção, a diretorias compostas por membros associados”, abandonando a posição de controle explícito aos sindicatos (GOMES, 2002, p. 10). Por outro lado, o cientista político Eduardo Noronha defende a hipótese segundo a qual “o projeto distensionista de Geisel [...] não incluía e não previa, ao menos a curto prazo, o aumento da liberdade sindical” (NORONHA, 1991, p. 95).

Nos parece que, apesar de efetivamente abrir caminhos para uma — ainda que muito limitada — liberdade sindical, o que certamente não era possível prever era a abertura do ciclo de greves operárias iniciado em São Paulo, a partir de 1977, concentrada na região do Grande ABC. Há de se notar que, segundo Walder de Góes, “Geisel opôs-se fortemente a que as reivindicações trabalhistas, iniciadas pelo movimento dos metalúrgicos de São Paulo, fossem tratadas com a dureza habitual do regime”, optando, ao menos em um primeiro momento, por uma via conciliatória (GOES *apud* LEMOS, 2018). Esta situação, segundo Maria Helena Moreira Alves, altera-se drasticamente a partir do ano de 1979, quando, segundo a autora, o governo passa a deixar claro que “a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora. [...] e toda a força do Aparato Repressivo seria empregada para fazer frente aos desafios à política salarial e à legislação de greve” (ALVES, 2005, p. 308).

É preciso captar o que tal mudança de tratamento significa. Em nossa opinião, é impossível compreendê-la sem levar em consideração que o movimento de massas, liderado pela classe trabalhadora grevista, foi responsável por criar uma grande aliança política entre os mais diversos setores das classes populares. A proposta de surgimento do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, impulsionado, principalmente, por líderes sindicais e membros das organizações e comunidades de base da Igreja Católica⁹, nasceu das experiências coletivas geradas a partir das greves de 1978, 1979 e 1980, e, principalmente, da compreensão da necessidade de uma unidade política para frear a intervenção do governo na atividade política associativa da população trabalhadora. Para Florestan Fernandes, as greves, intensificadas a partir de 1978, efetuaram “uma ruptura, que punha o grande capital, a contrarrevolução e seu governo ditatorial de um lado e os operários e o movimento sindical do outro” (FLORESTAN *apud* SECCO, 2011).

O Partido dos Trabalhadores, a luta de massas e o regime ditatorial.

Rastrear as origens do PT não é tarefa fácil. No entanto, Lincoln Secco aponta que o partido surgiu de, ao menos, seis fontes diversas: o novo sindicalismo, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica, parlamentares de esquerda outrora estabelecidos no MDB, intelectuais com origens diversas, militantes de organizações trotskistas e remanescentes da luta armada (SECCO, 2011). Um aspecto muito

referenciado nos trabalhos acadêmicos que lidam com o surgimento do partido é a ênfase dada ao seu relacionamento orgânico com a classe trabalhadora. Margaret Keck, em seu estudo clássico, aponta que, desde o princípio, era impossível desassociar o PT da dinâmica das lutas sindicais. A autora chega a afirmar que o partido teve o papel de “expressar na arena política as necessidades e reivindicações que os trabalhadores já sentiam e que iam surgindo nas organizações sociais e sindicais” (KECK, 1991, p. 208).

Ingrid Sarti, por sua vez, vai além, e estabelece uma relação direta entre o PT e toda uma série de movimentos que, para além dos sindicatos, envolviam estudantes, movimentos de minorias – negros, mulheres e indígenas —, as Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos de bairro contra a carestia (SARTI, 2006). É importante, também, citar os trabalhadores rurais, que, durante a transição, estabeleceram uma intensa agenda de lutas, que foi duramente reprimida pelo governo. Lincoln Secco aponta que entre “1975 e 1989, foram assassinados 1377 trabalhadores em conflitos agrários. O PT refletia necessariamente essas lutas” (SECCO, 2011, p. 46). Eram os “novos personagens” que entravam em cena, conforme a metáfora de Eder Sader (SADER, 1988).

Antes de abordar propriamente o tema específico deste artigo — os informes e contrainformes acerca do PT que foram gestados pela comunidade de informações do regime ditatorial —, cabe apontar brevemente que o partido também foi visto com desconfiança por setores da esquerda. Lincoln Secco aponta que muitos intelectuais vinculados ao PCB difundiam a ideia de que o PT tinha sido criado com o apoio do General Golbery do Couto e Silva — um dos principais intelectuais orgânicos da fração “Castelista” do regime e um dos formuladores do projeto de abertura “lenta, gradual e segura” —, para isolar as forças políticas comunistas e fracionar a esquerda. Mesmo cinquenta anos após o golpe, Roberto Freire, que era dirigente do PCB durante a ditadura, sustentou em um artigo que “o PT foi criado em 1980, após a reforma partidária do general Golbery, embora o PCB continuasse na ilegalidade [...] Há contradição nisso? Não, porque *com relação ao PT [o regime] não tinha nenhum problema*. O PT não foi criado como uma oposição consentida, mas era uma oposição que interessava ao regime.” (FREIRE, 2014, p. 3).

É preciso discutir, ainda que muito brevemente, esta alegação. É verdade que a Nova Lei Orgânica dos Partidos, criada em 1979, não previa a criação de um partido como o PT, de nítido perfil classista, e, na realidade, buscou impedi-lo, já que, em seu parágrafo 3º, item III do Artigo 5º, afirma que “não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça e classe”. De fato, a reforma partidária visava desorganizar a oposição, fragmentando em vários partidos o que outrora estava unido no interior de um único partido oposicionista, o MDB. No entanto, uma de suas metas era, também, “devolver” a discussão e a atuação política aos “políticos profissionais” (ALVES, 2005). Era esperado, nas palavras de Golbery, que os partidos fossem recolocados “em seu papel original de principais atores do campo político, *fazendo refluir aos leitos de suas atividades específicas aquelas muito entidades não-políticas que haviam, extravasando de sua área operacional*” (SILVA, 1981, p. 32).

A aposta era que a Reforma Partidária, ao permitir a criação de novas agremiações, cumprisse a proposta de “devolver a seus papéis formais” — lê-se, despolitizar — os sindicatos, associações de bairro e

demais organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, é fato que interessava ao governo dividir o campo da oposição eleitoral, fragmentando-a em diversos partidos, ao passo que o campo governista continuaria unificado em torno de uma única legenda. Mais ainda, como veremos mais detalhadamente em outro momento deste artigo, era essencial à estratégia do governo que a oposição moderada estivesse separada da oposição classista/anticapitalista, o que explica o estímulo à fragmentação partidária, criando novos partidos capazes de “absorver as contradições sociais e conflitos políticos decorrentes da política institucionalizada” (CARDOSO, 2018, p. 23)

É necessário compreender, portanto, de maneira mais sofisticada, como o regime empresarial-militar enxergou, em momento já avançado do processo de abertura política, o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Buscaremos, para facilitar a exposição, apresentar de forma separada três interpretações encontradas nos arquivos de repressão: a primeira, diz respeito ao temor de que, em torno do PT, ocorresse um renascimento dos movimentos sociais e sindicais que, na primeira metade da década de 1960, ocuparam as ruas brasileiras, como, por exemplo, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A segunda, indaga acerca da possibilidade do PT se tornar uma verdadeira “Frente Popular”, unindo diversos setores da oposição para o combate ao governo ditatorial. A terceira reflete a preocupação de que organizações comunistas “subversivas” — remanescente da luta armada, mas não só — tornassem o PT a sua fachada legal, para, sob suas sombras, organizar a retomada das ações revolucionárias.

O petismo e a repressão: uma possível interpretação

Permitam um breve comentário metodológico antes de abordar os documentos da comunidade de informações acerca do surgimento e atuação inicial do PT e do petismo: segundo a interpretação que orienta este artigo, o golpe de 1964 foi, em seu núcleo central, um ataque direto às formas associativas da classe trabalhadora que, durante o governo João Goulart, organizaram a luta em defesa das chamadas “Reformas de Base”. Alinhamo-nos ao historiador e cientista político René Dreifuss em seus apontamentos acerca do caráter nitidamente classista do golpe, cuja orientação principal era a de reorganizar o regime político brasileiro para acomodar em seu interior as frações mais modernas — do ponto de vista do capital — da burguesia brasileira, assim como pôr um basta às intensas mobilizações dos trabalhadores que, na segunda metade da década de 1960, levou às ruas organizações como o Comando Geral dos Trabalhadores e as Ligas Camponesas (DREIFUSS, 1981)

Parte desta constatação o nosso interesse em rastrear, justamente, a maneira como, em uma fase já avançada do processo de transição política, o regime monitorou a formação de um Partido dos Trabalhadores. Mais do que isso, consideramos que o projeto de abertura política, que começou a ser publicamente colocado em prática em 1974, tinha como meta estratégica a criação de um regime democrático de natureza restrita, cujo acesso seria blindado às classes trabalhadoras. Deste ponto de vista, compreender a maneira como o regime lidou com a ascensão do petismo torna-se uma chave para captar a natureza contrarrevolucionária do seu projeto de transição democrática, visto que expressa, sobretudo, a preocupação em neutralizar a possibilidade de que a atuação política da classe trabalhadora levasse à

conformação de uma democracia *ampla*, que significasse radical democratização social e política, e não apenas uma *restrita* conformação jurídico-institucional formal.

Entretanto, é necessário fazer uma ressalva: aparelhos de Estado como o SNI e demais órgãos de informação e contrainformação¹⁰ não realizavam apenas uma “coleta” apática de informação, mas eram responsáveis por realizar uma leitura da situação política e social do país que servisse, prioritariamente, para o posterior posicionamento e concretização de um dado projeto de direção da sociedade. Os “informes” colhidos, portanto, atendiam a uma necessidade de acompanhamento, planejamento ou execução de atos decisórios. As análises realizadas pela comunidade de informações não são neutras, e assim como qualquer outra fonte histórica, devem ser utilizadas criticamente¹¹. Não estamos propondo, portanto, ao analisar estes documentos, chegar a qualquer tipo de verdade histórica essencial acerca do Partido dos Trabalhadores. Antes, queremos sinalizar a maneira como ele era interpretado pelo regime ditatorial, o que envolvia, muitas vezes, utilização de superlativos ou mesmo de leituras enviesadas, que autorizassem, justamente, que as forças de repressão continuassem funcionando durante a abertura política.

*

Estando diante de um regime de natureza nitidamente classista, não é de se espantar que as grandiosas greves operárias, organizadas pelo chamado “novo sindicalismo”, tenham levantado temores no interior da ditadura. Em um Relatório Especial de Informações do Ministério do Exército, datado de 1981, afirma-se que, a partir do IX Congresso dos Metalúrgicos, ocorrido em 1979, o Brasil passou por um “enorme recrudescimento dos movimentos grevistas”, onde o “número de greves em 1979 foi superior a 1963, quando a situação era de caos e pré-revolucionária”¹². A crescente liderança de Luiz Inácio Lula da Silva entre os grevistas apenas confirmou as preocupações do regime. Em um documento da Agência Central do SNI de novembro de 1978, afirma-se que “desde o início de seu aparecimento no cenário político-sindical, em 1977, LUIZ INÁCIO DA SILVA idealiza e apregoa a formação de um PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)”¹³.

A escolha de denominação do suposto partido defendido por Lula não é aleatória, e visa construir uma linha política que vincula diretamente as lutas dos trabalhadores do ABCD paulista no final da década de 1970 aos movimentos que, no início da década de 1960, haviam aterrorizado as consciências burguesas com sua militância política. É a proposta de formação de uma nova Central Sindical, no entanto, que parece vincular mais fortemente — aos olhos da ditadura — o PT à temida tradição populista. Em um documento de 1979, que busca refletir sobre o significado das “práticas políticas ilegais”, que rompiam com o sindicalismo de Estado, realizadas durante as greves paulistas, afirma-se que:

As comissões de fábrica, verdadeiras células de controle das empresas, os sindicatos infiltrados, ‘os sindicatos livre’, as ‘oposições sindicais’, os sindicatos dirigidos pelos intitulados ‘pelegos’ mas, já a essa altura, semi-dominados através da pressão exercida, as federações e confederações da área trabalhista urbanas, serão desenvolvidas, com técnicas de subversão, até constituírem-se na Central Única dos Trabalhadores, mesma ex-CGT, e conduzirão o processo de agitação na área trabalhista urbana¹⁴.

Em 1981, a agência central do SNI seguiu vinculando diretamente o PT e a CUT ao antigo CGT. Segundo o informe:

[...] os “sindicalistas autênticos e combativos”, representados por "LULA", preferem que a CUT nasça das lutas dos trabalhadores, o que, vale dizer, por uma mobilização maciça de operários, em uma greve geral contra a ditadura [...] rememorando o surgimento do extinto COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES (CGT) [...] está sendo recriado, sob outra dominação, o extinto CGT, *com a finalidade única de desestabilizar o Governo, por meio da promoção de greves gigantescas, de cunho político*¹⁵.

Parece evidente, portanto, que uma das grandes preocupações do regime ditatorial era que o PT e a CUT criassem os mesmos entraves que, em 1960, foram produzidos pelos setores mais radicalizados do trabalhismo. A organização de bases sociais mais amplas, gerando uma ascensão da luta de massas no interior do processo de transição política, acende o alerta vermelho da ditadura: estavam gestando-se os mesmos tipos de “impasses” que, duas décadas antes, o golpe empresarial-militar tinha se proposto a resolver.

Ainda que a comparação não seja absurda — afinal, tratam-se, de fato, de duas Centrais Sindicais com nítida propensão para a luta política, rompendo abertamente com os limites que o Ministério do Trabalho buscava impor à estrutura sindical —, é interessante notar como, neste caso, a comunidade de informações não busca explorar as divergências doutrinárias que separam o CGT, e a tradição trabalhista, da CUT e do petismo. Para quem está acostumado com a pesquisa em acervos da repressão, e, portanto, sabe que boa parte dos informes dos órgãos de segurança busca, justamente, compreender as diferenças teóricas, estratégicas e táticas entre as “organizações subversivas”, salta aos olhos a escassez de material deste tipo sobre o PT — que, quando existem, estão voltados à análise específica de algum documento ou declaração congressual.

Esta ausência interessa-nos ainda mais quando sabemos que, desde o seu surgimento, o PT realizou críticas profundas às tradições dominantes da esquerda brasileira pré-1964, seja a do trabalhismo varguista, seja a da estratégia nacional-democrática, etapista, representada pelo PCB¹⁶. Uma hipótese plausível, parece-nos, e que será retomada ao longo do artigo, é que, do ponto de vista do regime ditatorial, o “movimento de massas” não era capaz de constituir consciência doutrinária própria, restando-o o papel de legião de manobra a ser utilizada pelos verdadeiros “cérebros” da esquerda, as organizações clandestinas.

Assim como a análise documental permite-nos afirmar que a formação de uma central sindical com vocação para a atuação política independente preocupava a área de segurança do regime, a comunidade de informações buscava, também, monitorar a possibilidade do PT tornar-se o embrião de uma “Frente Popular” contra o governo ditatorial. Aos olhos do regime, a possibilidade de reconstrução das organizações de massa, assim como do trabalho de base, abria, para as oposições, a possibilidade de construção de uma Frente “integrada pelo proletariado, campesinato, pela maioria da pequena burguesia, comunistas, reformistas, populistas revolucionários, sociais democratas, ‘autênticos’, a ala esquerda do antigo trabalhismo, cristãos progressistas, etc.”¹⁷. Esta preocupação vincula-se ao petismo a partir do apogeu das greves do ABC, quando, para a Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Trabalho, forma-se concretamente, a partir da atuação dos sindicalistas de São Paulo, uma “aliança ‘tática’ de todas as forças opositoras ao regime, incluindo aí, as organizações esquerdistas, os chamados autênticos do MDB, a ala progressista da Igreja, o movimento estudantil e algumas forças esparsas”¹⁸.

Em um segundo momento, porém, é o próprio PT que passa a ser visto como a principal célula da Frente Popular. Os informes da comunidade de informações expressam grande preocupação acerca da aproximação dos movimentos sindicalistas com as associações de bairro e CEBs da Igreja Católica. Em documento de 1981, o Ministério do Exército afirmou que o “objetivo político maior” do Movimento Operário e Sindical era a “construção do ‘PARTIDO DOS TRABALHADORES’”¹⁹. Afirma-se, no mesmo documento, que o Movimento do Custo de Vida — uma iniciativa popular para contestar a carestia de alimentos e produtos essenciais —, era apenas um instrumento para ampliar a faixa de atuação contestatória das esquerdas.

Na mesma linha, e com igual receio da base social petista ampliar-se em direção a setores da classe trabalhadora que não tinham um histórico de organização política no interior de partidos de esquerda, afirma-se, em 1980 que o “Partido dos Trabalhadores vem obtendo apoio dos militantes da Igreja Progressista, [...] atualmente, existem cerca de 300 CEBs na grande SÃO PAULO, que *funcionam como um trampolim para o engajamento que se dá em três planos: o comunitário, o sindical e o político*”²⁰. Um outro relatório, produzido pelo Ministério do Exército, em 1980, alerta que as Pastorais da Juventude — uma espécie de setorial jovem da Igreja Progressista — estavam se tornando uma escola de atuação política “no meio da sociedade, NOS VÁRIOS ESPAÇOS QUE EXISTEM: *a fábrica, o bairro, o sindicato, o partido*”²¹. Apesar de, nesse documento específico, o PT não ser citado, fica nítido que é ao movimento social mais amplo — o *petismo* — que o documento se refere.

Percebe-se, portanto, um outro eixo de preocupação que a formação do PT — e do petismo — aguçava nos órgãos de segurança e informação do regime ditatorial: o Partido parecia ser capaz de reunir militantes de camadas sociais diversas, indo do sindicalismo, à Igreja progressista, aos movimentos de bairros, comunidades, periferias e favelas, até intelectuais tradicionais da esquerda. A preocupação principal, neste caso, é com a participação popular efetiva no processo político.

Em nossa pesquisa, encontramos também, recorrentemente, nos documentos da comunidade de informações, análises que buscavam compreender qual a relação do PT com as organizações políticas marxistas revolucionárias. Era comum a suspeita de que o partido não passava de uma “fachada” para as organizações subversivas, que se aproveitavam do movimento de massas para, à espreita, planejar uma nova fase de luta violenta contra o regime. Ainda durante o primeiro ciclo de greves do ABC paulista, um informe da Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Comunicações botava em dúvida a real liderança exercida por Lula entre os trabalhadores. Segundo o documento, Lula era apenas o responsável pela empolgação das multidões, um líder carismático, mas quem planejava toda a ação grevista era a Convergência Socialista, uma organização trotskista:

apesar de toda a movimentação sindical que está havendo, os sindicatos e a massa trabalhadora não sabem exatamente, o que querem, mas sofrem pressões estranhas aos sindicatos, através da Convergência Socialista (CS), que está orientando e é o cérebro, de toda a agitação programada no âmbito geral da classe trabalhadora²².

Mesmo após o surgimento oficial do partido, e as diversas evidências que o núcleo partidário dirigente era formado pelos sindicalistas do ABC, Lula à frente, um outro documento, datado de 1982, ao investigar a relação do PT com outra organização Trotskista, a Causa Operária, defende que:

Uma vez mais se comprova a atuação crescente das organizações subversivas no interior do PT, e, em particular, as de linha trotskista, que, como já se observou em outras oportunidades, aspiram a fazer da agremiação o caminho para o partido operário revolucionário, base política essencial a deflagração da revolução proletária e a instauração -de um regime socialista no BRASIL²³.

O argumento parece representar uma linha de argumentação interessante acerca da formação do PT: a primeira característica decorre da influência do pensamento elitista que sustenta a doutrina política dos dirigentes militares, e que não concebe as classes populares como capazes de atuar politicamente de forma autônoma, tendendo sempre a representá-las como manipulada por outrem quando se vincula a pautas de esquerda. Nesta formulação, a classe trabalhadora, ou, menos precisamente, “o povo”, é incapaz de adquirir a maturidade necessária para participar do jogo político, sendo controlada por suas emoções, que pode ser facilmente influenciada pelo “proselitismo” das esquerdas.

Neste terreno, percebe-se como, também para as classes dominantes e para o regime ditatorial, determinadas visões de mundo tornam-se obstáculos epistemológicos para a apreciação da realidade política nacional: certamente a motivação imediata para as construções discursivas acerca da relação do PT com as organizações marxistas justifica-se pela orientação política anticomunista do regime, que, antes de tudo, preocupava-se em bloquear o encontro entre organizações clandestinas revolucionárias e a nova oposição de massas, e, portanto, buscava acumular o máximo de informação possível acerca da relação entre o PT e a oposição comunista/socialista.

Entretanto, a “paranoia” da repressão, que busca a todo momento achar o “cérebro pensante” por trás do PT e do petismo, demonstra também uma forma específica de constituição da visão elitista que guiou a maior parte dos dirigentes políticos vinculados ao regime ditatorial — dentre os quais se incluem o ditador Ernesto Geisel. Para David Maciel, boa parte da oficialidade militar tinha uma postura negativa acerca da consciência política popular, acreditando que:

[...] como o cidadão comum não se formou como patriota e independente, ou seja, só pensa em seus interesses particulares e quando atua politicamente o faz conduzido por lideranças demagógicas e/ou subversivas, então a participação política do homem comum, das massas, deve ser nula, ou, no máximo, rigidamente controlada e limitada (MACIEL, 2016, p. 84).

É uma visão política, portanto, que congrega elementos de um liberalismo conservador que é, simultaneamente, antipopular, antipopulista e defensor de um regime político restritivo, cujos mecanismos de representação deveriam ser altamente seletivos, blindando das fontes do poder político as “massas” sem consciência. Deste ponto de vista, também a comunidade de informações teve dificuldade de lidar com o grau de organicidade que, no caso do PT, vinculava partido político a movimento social, e, no plano partidário interno, permitia a existência de tendências internas marxistas.

Contrarrevolução democrática e constituição de um centro político conservador.

Certamente seria impossível, a partir dos elementos de pesquisa elencados até aqui — que, como já afirmamos, fazem parte de uma primeira tentativa de aproximar-nos da temática em tela —, construir uma interpretação definitiva acerca do vasto material empírico sobre o PT presente nos arquivos da comunidade de informações. Conseguimos, entretanto, identificar, no mínimo, três preocupações geradas pelo surgimento do partido: a de que ele representaria um retorno ao populismo; a de que ele se tornaria uma verdadeira “Frente Popular”, de massas; e a de que ele seria apenas um partido de fachada, cujo “cérebro” consiste em organizações “subversivas”, que o utilizaram para recrutar militantes provenientes das classes trabalhadoras.

As três preocupações vinculam-se, ao nosso ver, à conjuntura política mais ampla vivida pelo país: o processo de transição política da ditadura à democracia. O olhar do regime ditatorial sobre o PT expressa, sobretudo, sua preocupação com a participação das classes trabalhadoras na política. Apenas envolvendo o surgimento do partido em um quadro mais amplo é possível compreender a natureza do seu impacto nos órgãos de repressão, informação e segurança da ditadura.

Trata-se, portanto, da maneira como o regime irá lidar com uma consequência prática da abertura política: a expansão da sociedade civil — que, em termos gramscianos, é o espaço de organização dos aparelhos privados de hegemonia, da produção coletiva de visões de mundo, da elaboração de consciência social, da luta da classe dominante por hegemonia e das classes dominadas pelo momento ético-político da contra-hegemonia (FONTES, 2006). A estas novas condições da luta política soma-se a irrupção do petismo, que, segundo Josué Medeiros, subverte o sentido da ação política das classes trabalhadoras brasileiras, rompendo com um padrão histórico de incorporação subordinada ao regime político, cuja marca principal — e novidade — era a constituição de um partido político autônomo da classe, que se torna capaz de representar a si mesma politicamente (MEDEIROS, 2016).

A disputa social passa a acontecer, portanto, em um cenário substancialmente diferente do que, desde o golpe de 1964, operava no país. Não é de espantar, entretanto, que o regime ditatorial — que representava, não custa lembrar, o conjunto das frações da classe dominante brasileira — lidaria com esta nova fase da mesma maneira como lidou com a ascensão política das classes populares em outros momentos da nossa história: por meio de práticas contrarrevolucionárias preventivas — conjunto de ações de repressão e cooptação que busca não apenas estabelecer um estado de permanente vigilância frente às mobilizações potencialmente desagregadoras da ordem, mas que visa, principalmente, extingui-las antes mesmo que sua potencial ameaça revolucionária efetivamente germine (FERNANDES, 2020). A meta principal era desorganizar e desarticular o sujeito coletivo do petismo. Vinculando-o ao populismo, à Frente Popular e às organizações clandestinas comunistas, buscava-se alertar o conjunto da classe burguesa acerca dos “perigos” do partido, buscando a mesma unidade contrarrevolucionária que, outrora, perseguiu os expoentes do trabalhismo varguista. A meta era, desde pronto, blindar o partido do novo arranjo institucional que, futuramente, coroaria a Nova República.

Em uma perspectiva semelhante à de Florestan, ainda que com implicações políticas distintas, Carlos Nelson Coutinho buscou interpretar a transição política à luz da noção de “Revolução Passiva”,

cunhada por Antonio Gramsci, que busca captar, mesmo em processos políticos dirigidos por setores da classe dominante, a dialética entre a “restauração” — a resistência feroz à possibilidade de transformação radical — e a “renovação” — a incorporação efetiva de algumas demandas populares ao processo político (COUTINHO, 2012). O sociólogo Emir Sader, comentando a transição, diria que é um dos momentos em que “tudo muda para que tudo siga igual” (SADER, 1991, p. 1).

É preciso indicar que parte do “tudo” que “muda” é efetivamente a constituição de um Partido dos Trabalhadores independente, com autonomia para lutar — no interior de um regime político democrático — pela direção e representação da classe. A criação do PT foi um dado inesperado do processo de transição política, e certamente não foi prevista pelo núcleo estratégico do regime ditatorial. Demonstra, portanto, que qualquer que fosse a influência dos dirigentes da ditadura sobre a transição, ele não se deu em um ambiente de “laboratório químico”, as classes sociais e suas frações não podem “controlar” a história. O que podem fazer é estabelecer, a partir da força política que acumulam, uma dada direção aos processos políticos. Muito diferente do “controle”, consideramos que o que autoriza dizer que a classe dominante *dirigiu* a transição é, justamente, a maneira como lidou com os dados inesperados, que simplesmente não tinha como prever. Um deles, mas certamente não o único, foi a ascensão da luta de massas e a formação do PT. Em uma leitura *post-festum*, é possível afirmar que o processo político manteve o caráter estritamente burguês justamente porque os impasses foram contornados, e não porque a única classe a participar ou intervir politicamente fosse a classe dominante.

Retomando a frase de Emir Sader, o que permitiria dizer que, no nosso caso, houve uma mudança para tudo permanecer como está? Poderíamos apontar, como um dos elementos dentre vários outros, para o isolamento político do PT diante do bloco político que viria a administrar o país no imediato pós-ditadura. O partido, apesar de manter a sua força social impressionante — não custa repetir, inédita para padrões brasileiros —, acabou por se tornar a “parte excluída” da grande aliança — politicamente difusa, pois ia desde setores da esquerda comunista à direita recém rompida com o regime ditatorial — que levou à promulgação da Constituição de 1988.

Basta observar, por exemplo, que o partido boicotou o Colégio Eleitoral e, na Assembleia Constituinte, não votou a favor do projeto constitucional vitorioso — o que, por um lado, levaria à dura acusação de Luiz Jorge Werneck Vianna, para quem, sob a hegemonia do PT, a esquerda brasileira assumiu um viés “isolacionista”, abertamente hostil ao chamado “centro democrático”, que seria o verdadeiro representante da “tradição republicana” (VIANNA, 2006, p.1), mas, por outro, levaria autoras como Virgínia Fontes a saudar a posição de independência de classe tomada pelo partido, afirmando que ela, “em seus primeiros anos, asseguraria a manutenção em outro patamar do tema da democracia, politizando efetivamente a sociedade civil de base popular” (FONTES, 2006, p. 224).

A discordância entre os dois autores em tela — Werneck Vianna e Virgínia Fontes — expressa um dado essencial para a compreensão da transição política no Brasil: a defesa realizada, pelo cientista político, de uma aliança das esquerdas com o chamado “centro democrático” expressa a adesão de boa parte da intelectualidade brasileira ao programa conservador defendido pelos ideólogos da transição à democracia

restrita. Por outro lado, a posição da historiadora expressa a “afinidade eletiva” entre a intelectualidade crítica e a atuação do PT em seus primeiros anos, já que o partido foi praticamente a única agremiação política relevante à nível nacional que não só permaneceu “de fora” da grande aliança que levou à “Nova República”, como também denunciou seus limites.

O que julgamos importante salientar é que a proposta de construção de um centro político nacional alargado — doravante chamado centro político conservador — era um dos aspectos centrais do projeto de democracia restrita elaborado pelo núcleo estratégico do regime ditatorial. O carro-chefe da proposta era a fusão da chamada “oposição moderada”, cujas pautas restringiam-se à defesa dos chamados “direitos fundamentais”, e cujas reivindicações expressavam um programa político liberal-democrático, com os setores “moderados” do regime, aqueles que giravam em torno das lideranças “castelistas”, como, por exemplo, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Foi por meio da constituição desta aliança que o núcleo dirigente do regime foi capaz de isolar o petismo, preservando a direção do processo político.

A cooptação da oposição liberal — que envolvia lideranças do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (AIB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assim como outros representantes da opinião pública de classe média — visava a constituição de um centro político conservador que, a partir da aproximação de setores outrora situados no campo opositor, fosse capaz de reestruturar formas hegemônicas de dominação de classes, afastando-se dos métodos contrarrevolucionários terroristas que marcaram o regime ditatorial. Essas novas forças políticas, então incorporadas ao regime, faziam parte do que podemos chamar de “oposição institucional”, e que, portanto, compunham, ainda que com ressalvas, e em posição minoritária, a ordem política empresarial-militar então no poder. Buscavam, cada um à sua maneira, realizar mudanças que fossem compatíveis com a própria institucionalidade em vigor (MACIEL, 1999).

A incorporação da oposição liberal interessava, também, por conceder legitimidade à abertura do regime sem significar nenhum tipo de reorientação radical de rumos, já que, em plena identidade com o núcleo estratégico do regime, as frações moderadas da oposição não tinham interesse algum na realização de transformações radicais na estrutura sociopolítica do país, adequando-se tranquilamente “ao caráter estritamente burguês da direção do processo político” (LEMOS, 2002). A “distensão gradualista”, que romperia com os “excessos de autoritarismo” era mais do que suficiente para aqueles que defendiam uma sociedade civil desenraizada de sua natureza classista, e que, portanto, enfatizava a existência dos direitos “fundamentais” individuais em detrimento dos coletivos (LEMOS, 2018, HOEVELER, 2012b).

A constituição desta aliança foi planejada pelos ideólogos da transição, e mesmo defendida publicamente por eles. Golbery do Couto e Silva, na ocasião de uma palestra dada na Escola Superior de Guerra, afirmou que uma das estratégias da abertura política era realizar uma “manobra de cooptação por partes”, cujo sucesso dependia do atendimento privilegiado das demandas postas pelo grupo que se queria aproximar do regime (SILVA, 1981, p. 34). Esta estratégia nos dá a chave para compreender a periodização da transição política no Brasil: o primeiro passo foi a descompressão, visando abrir “válvulas de escape” ao autoritarismo. O segundo passo, a liberalização, leva à adoção de medidas concretas que atenuavam a

repressão estatal. Nesse sentido, podemos compreender o fim da censura prévia, a restituição do direito de *habeas corpus*, a revogação de todos os Atos Institucionais, a eliminação de uma série de poderes excepcionais do Executivo sobre o Legislativo, a lei da Anistia e a Reforma Partidária como medidas tomadas não apenas com o fim de conter o “excesso de autoritarismo”, como também de selar a aliança entre setores “moderados” da oposição e do regime, demonstrando que os esforços democratizantes do governo eram “sinceros” e permitindo, portanto, a aproximação política.

A liberalização, por conseguinte, lança as bases da terceira etapa da transição, a *abertura*, que concretiza a ampliação da ditadura, incorporando ao seu interior as parcelas da oposição que tiveram suas demandas atendidas durante a liberalização, e que, por esta razão, podiam estabelecer relações de novo tipo com o regime. A quarta fase é o que se chama de democratização, onde o novo bloco de poder efetivamente impõe sua hegemonia e institui uma verdadeira mudança de regime político, cujo coroamento é a Constituição de 1988, a “Nova República”.

Retomando o nosso argumento principal, consideramos que a estratégia do núcleo dirigente do regime para a transição era, justamente, que a oposição estivesse dividida em diferentes alas, com as quais a ditadura pudesse estabelecer relações variadas. Agiu, portanto, no sentido de dividir o campo oposicionista, afastando os setores liberais da esquerda anticapitalista. O novo bloco de poder deveria ser constituído pelas frações moderadas da oposição e pelos castelistas, e não envolvia a participação direta da classe trabalhadora no processo político. O isolamento do PT e do petismo frente às demais agremiações oposicionistas, portanto, era fundamental, mantendo o partido como a “parte excluída” da aliança “democrática” que deu o pontapé da Nova República — posição que rendeu, por um lado, críticas, como vimos com Werneck Vianna, que considera uma imaturidade política o partido ter se negado a compor a frente pluriclassista que autorreformou a ditadura, mas, também, elogios, como é o caso da celebração da manutenção da independência de classe, conforme argumento de Virginia Fontes.

A transição significou, portanto, um momento de intenso transformismo político dos setores moderados da oposição, assim como de constituição de uma importante fração classista no interior do movimento de luta contra a ditadura. As diferentes maneiras como o regime lidou com as duas frações é indicativo de qual o projeto de transição que ele próprio defendia.

Conclusão

Restar-nos-ia, em um outro momento, realizar, a partir de dados empíricos, um estudo mais minucioso acerca do processo político que levou o PT a, apesar de gozar de apoio popular e base social, ter se mantido como força minoritária e isolada no processo de transição — fase em que, atualmente, encontra-se esta pesquisa. O que buscamos fixar, a todo momento, neste artigo, é que a “novidade” representada pelo PT repercutiu intensamente no interior do regime ditatorial que, então, encontrava-se em uma fase já prolongada do processo de transição política. Defendemos que os documentos analisados, portanto, expressam não uma leitura conjuntural acerca do petismo, mas, antes, são capazes de demonstrar a

perspectiva mais ampla — poderíamos chamar de estrutural — das frações da classe dominante então organizadas no interior do regime político acerca da atuação política independente das classes trabalhadoras.

Tal perspectiva, que apenas começamos a delimitar no espaço deste artigo, só pode ser compreendida se analisada historicamente, quando a envolvemos, portanto, no contexto do regime empresarial-militar e do processo de transição política então encabeçado por seu núcleo dirigente. A preocupação, como buscamos demonstrar, era que o petismo se tornasse um obstáculo à realização da meta estratégica de constituição de uma democracia restrita, cujo acesso às fontes de poder político seria blindado à classe trabalhadora.

Nosso artigo buscou contribuir para os estudos da transição política a partir de uma perspectiva classista, que considera que os regimes políticos, sejam eles ditatoriais ou democráticos, são formas distintas de organizar a dominação de uma parte da sociedade sobre outra, e que, no caso de uma sociedade capitalista, como a brasileira, trata-se da dominação de um bloco de poder burguês sobre o conjunto das classes trabalhadoras.

De tal forma, rivalizamos com parcela da bibliografia especializada, que, por ser cega aos limites da perspectiva liberal-democrática, tornou-se uma defensora acrítica da “Nova República”. Mais do que isso, tal perspectiva limita as lutas populares à dimensão das “lutas por cidadania”, em prejuízo das eventuais característica anticapitalistas que elas possam adquirir (MATTOS, 2019), tendendo a enxergá-las como demandas por inclusão na comunidade nacional, naturalizando não só a instituição do Estado e sua legalidade, como também cristalizando uma imagem da “sociedade” que é excessivamente generalizante, muda em relação às divisões, conflitos e contradições que nela se apresentam. Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos:

Nesse tipo de concepção inexistente qualquer distinção teórica entre a definição de um regime democrático – historicamente vinculado às formas de dominação burguesa, desde o século XIX – e as propostas e projetos democratizantes que apontem para além do sentido de classe deste tipo de regime. A defesa de uma noção abstrata e naturalizada de democracia só pode ser feita em clara oposição à melhor tradição crítica do materialismo histórico do século XX (MATTOS, 2014, p. 81).

Nossa proposta, portanto, foi a de, por um lado, analisar a maneira como o regime empresarial-militar monitorou a atuação inicial do Partido dos Trabalhadores e do petismo, para, a partir da interpretação crítica da fonte primária, reconstruir a conjuntura mais ampla em que a “relação” partido-regime político se deu, construindo uma visão mais ampla da forma como, em fase avançada do processo de transição política, a ditadura lidou com setores diferentes da oposição. Em todo momento, buscamos ressaltar que não se trata de, a partir da empiria, encontrar qualquer verdade que seja sobre a transição. Por isso, buscamos, em todos os momentos, trazer ao texto as discussões historiográficas — portanto, interpretativas, cuja resolução depende da ontologia sobre a qual cada autor sustenta-se (DUAYER, 2023) — que nos auxiliam a enquadrar teoricamente o nosso objeto.

Consideramos que a historiografia — especialmente a marxista — que trabalha com o tema da transição tem muito a ganhar ao enquadrar seu objeto em uma temporalidade mais longa do que a que comumente aparece nas pesquisas contemporâneas, quase sempre presas às determinações da curta duração,

construindo, em consequência, uma história dos processos políticos que é cada vez mais *politicista*. No nosso trabalho, ao contrário, subjaz uma perspectiva mais ampla, que leva em consideração não apenas a contingência, mas também as sobredeterminações que articulam e dinamizam a luta de classes no Brasil. Historicamente, nossa formação social tem como característica *estrutural* o problema da contrarrevolução. Conforme já mencionado neste artigo, Florestan Fernandes foi o mais importante intelectual a debruçar-se sobre este tema, demonstrando como, em nosso país, a burguesia constituiu-se em classe politicamente dominante antes de tornar-se força social hegemônica (FLORESTAN, 2020). Isto quer dizer que, à diferença do percurso “clássico”, o processo histórico que poderíamos chamar de “revolução burguesa”, no Brasil, não expressa grandes rupturas entre uma burguesia ascendente e outros setores dominantes pré-capitalistas. Ao contrário, o que vemos é um arranjo político, uma *combinação histórica* entre a burguesia e setores oligárquicos, fundada nas vantagens que ambos colhem do nosso “atraso”.

Desta forma, conclui Florestan, a dominação burguesa no Brasil é uma dominação *autocrática*, cuja preocupação central, desde pronto, nunca foi a realização do que ficou conhecido, na Europa, como “tarefas democráticas” das revoluções burguesas, mas, antes, foi a manutenção das condições de “acumulação originária” herdada do colonialismo escravista, lado a lado com condições propriamente “modernas” de acumulação de capital. É o problema, portanto, da “fusão do velho e do novo”, cuja marca é a fixação com a *preservação e manutenção* da ordem, e não com sua transformação — mesmo que no terreno interior à própria ordem social competitiva (FLORESTAN, *idem*). Para as classes sociais dominadas, este longo processo de revolução burguesa se encarna sempre como uma permanente contrarrevolução. A entificação da sociabilidade capitalista no Brasil legou-nos uma formação social cujo problema da contrarrevolução não aparece apenas quando há efetivas ameaças ao capitalismo, mas cuja presença é um traço decisivamente estrutural da nossa luta de classes.

Chegando ao final do nosso percurso, podemos retomar sinteticamente a interpretação que buscamos construir: a formação social brasileira tem como um de seus traços fundamentais a constituição de uma dominação burguesa que é *autocrática*. Da perspectiva das classes dominadas, a revolução burguesa, no Brasil, aparece como uma permanente contrarrevolução. Buscamos demonstrar, no entanto, como é preciso olhar cuidadosamente para a historicidade deste processo, sob o risco de perder de vista algumas de suas principais características. O golpe de 1964, e a ditadura que lhe seguiu, representou uma fase específica da contrarrevolução brasileira, e tinha como tarefa, fundamentalmente, “sanear” a estrutura política e econômica do país: lê-se, afastar do processo político as forças sociais vinculadas ao “populismo” e substituir o programa nacional-reformista de organizar a economia por outro, mais palatável aos interesses da fração multinacional e associada da burguesia (DREIFUSS, 1981).

O fim da ditadura, apesar de não levar ao deslocamento da autocracia burguesa do centro do poder político, significou mais uma importante transformação histórica no nosso longo processo contrarrevolucionário: abria-se caminho para a consolidação de um regime político democrático, que, embora não alterasse a direção do processo político, transformava de maneira importante a organização da dominação de classes no país. A transição de um regime para o outro não foi fruto da ação oposicionista,

mas, antes, partiu do próprio núcleo dirigente do regime, formado por militares, empresários, intelectuais e políticos profissionais que, à ocasião, percebiam a oportunidade histórica de, pela primeira vez na história brasileira, avançar em direção a um regime político que realizaria a dominação de classes sobre bases hegemônicas, privilegiando o consenso ante a coerção.

Para que o empreendimento corresse bem, era necessário garantir que as classes trabalhadoras se mantivessem afastadas das fontes do poder político, sob o risco da democratização significar não apenas a transformação dos métodos de dominação de classes, mas também a alteração das estruturas sociais historicamente desiguais do país. Nesse trabalho, buscamos demonstrar como a forma como o regime monitorou, interpretou e neutralizou a atuação do Partido dos Trabalhadores estava vinculada a esta estratégia, que dependia do isolamento social das frações mais à esquerda do movimento dos trabalhadores.

Por fim, sinalizamos que o afastamento da oposição classista das fontes do poder político andava lado a lado com a meta de aproximar setores que, ainda que burgueses ou pequeno-burgueses, encontravam-se no campo oposicionista. De tal maneira, buscava-se constituir um novo bloco de poder, formado pelos setores “castelistas” do regime e por setores moderados da oposição, vocacionados para o novo período histórico que se abria, onde, apesar da permanência da autocracia burguesa, mudanças político-institucionais importantes foram realizadas.

Se é verdade que há importantes trabalhos acerca da maneira como o golpe de 1964, e o regime político ditatorial que lhe seguiu, representaram um momento chave da nossa longa contrarrevolução — constituindo, de fato, uma das motivações para o próprio Florestan começar a escrever seu monumental “A Revolução Burguesa no Brasil” —, ainda há muito a avançar na compreensão desta temática, atualizando-a à luz dos desdobramentos históricos posteriores. A ocasião da “comemoração” dos 60 anos do golpe em uma conjuntura como a nossa, marcada por interpretações da ditadura que expressam tanto o negacionismo bolsonarista, quanto o revisionismo “progressista”, convida-nos a aprofundar as interpretações da transição do regime ditatorial à nossa atual democracia em um momento em que muitos analistas têm dúvidas se o pacto social que criou a “Nova República” continua de pé. Nas trilhas da melhor tradição do marxismo, é preciso escavar esta estranha dialética, irremediavelmente brasileira, que nos traz o desafio de entender como vivemos, ao mesmo tempo, uma transição de regime político que inegavelmente traz em si altas doses de permanência — não implicando nenhuma transformação substancial na estrutura da dominação de classes brasileira, problema por excelência da organização do Estado — e de mudança, visto que, com o fim da ditadura, emergiu uma forma historicamente nova de organizar a dominação de classes, com a construção de um bloco de poder voltado para a dominação hegemônica, inédita no Brasil, inaugurando, na esteira da permanência, um novo tempo: o da contrarrevolução democrática.

Referências:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Redemocratização e justiça de transição no Brasil. **Studia Historica. História contemporânea**, v. 33, p. 67-85, 2016.

CARDOSO, Pedro Henrique da Silva Oriola. A contrarrevolução democrática: a transição pelo alto e a institucionalização das instituições (1974-1979). **Crítica Histórica**, Maceió, ano 9, n. 18, p. 6-30, dez. 2018.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **Liberalização e tutela militar: o governo Geisel**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Centro Sérgio Buarque de Holanda. **O Socialismo nas Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci's political thought**. Brill: Boston, 2012.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 65-88, jul.-dez, 1986.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUAYER, Mario. **Teoria social, verdade e transformação: ensaios de crítica ontológica**. São Paulo: Boitempo, 2023.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: Lima, Júlio César França; Neves, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

FREIRE, Roberto. A defesa intransigente da democracia. IN: ARAUJO, Caetano Pereira de (Org.). **1964: As armas da política e a ilusão armada**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014

GOMES, Ângela de Castro. Abertura política e controle sindical: trabalho e trabalhadores no arquivo Ernesto Geisel. p.10. In: CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina. (Orgs.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

HOEVELER, Rejane Carolina. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. 2012. Orientador Renato Lemos. Monografia (Bacharelado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

HOEVELER, Rejane Carolina. **A distensão gradualista: elaboração civil e militar no projeto estratégico de Golbery e Geisel (1972/1973)**. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 2012

KECK, Margaret. **PT: A lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 199

LE MOS, Renato. Historiador da UFRJ analisa as continuidades da ditadura. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, 2014. Disponível em: www.academia.edu/12130744/Sobre_as_continuidades_da_ditadura. [Acesso em 18 de Novembro de 2022]

LE MOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LE MOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, p. 287-313. dez. 2002.

LE MOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o marxismo**, v. 2, p. 111-138, 2014.

MACIEL, David. Ernesto Geisel e a autocracia burguesa no Brasil. **História Revista (UFG)**, v. 20, p. 72-91, 2016.

- LEMOS, Renato. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. 1999. Orientador Holien Gonçalves Bezerra. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999
- MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.
- MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014
- MEDEIROS, Josué. **Para além do lulismo: o fazer-se do petismo na política brasileira (1980-2016)**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.
- NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. p.95. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- PORTELLA, Caio Oliveira. **O espaço político do PT: a fábrica, o bairro, o sindicato e o partido**. 2022. Orientador Ruy Moreira. Monografia (Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2022.
- SARTI, Ingrid. **Da outra margem do rio: Os partidos políticos em busca da utopia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2006
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. **A transição no Brasil: Da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1991.
- SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. **A invenção do inimigo: história e memória dos dossiês e contradossiês da ditadura militar brasileira: 1964-2001**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.
- VIANNA, Luiz Jorge Werneck. **A Classe Operária e a Abertura**. São Paulo: Cerifa, 1983.
- VIANNA, Luiz Jorge Werneck. **Esquerda brasileira e tradição republicana: Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Transitions To Democracy: Brazil And Argentina In The 1980s. **Journal of International Affairs**, New York. v. 38, n.2, p. 193-219, 1985.

Notas

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4444459682499332> Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6252-0422> E-mail: joapetro.thimoteo@yahoo.com.br

² O presente artigo apresenta alguns dos resultados da monografia apresentada pelo autor ao Instituto de História da UFRJ.

³ Presidente Geisel anuncia distensão gradativa e segura. O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ernesto-geisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730> . Acesso em: 21 mai. 2022

⁴ No campo da ciência política, o pesquisador Eliezer Rizzo de Oliveira é um dos únicos a postular que a abertura foi fruto de uma oposição “democrática” de dirigentes da instituição militar ao “autoritarismo”. cf. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

- ⁵ Muitos dirigentes do partido foram assassinados durante o governo Geisel, como por exemplo David Capistrano, que foi esquartejado, ou Elson Costa, queimado vivo. É importante, novamente, notar que, do ponto de vista do regime ditatorial, não há contradição entre processo de transição política e liquidação da esquerda de massas, o que permite-nos captar a conceituação extremamente limitada — do ponto de vista da amplitude social — de “abertura política” dos dirigentes da ditadura. cf. *A política de extermínio da ditadura*. Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta2/25225> Acesso em: 02 jan. 2022
- ⁶ Encaminhamento N° 013/10099/79/10/DSI/MEC (Ministério de Educação e Cultura - Divisão de Segurança e informações, 15/08/1979). Itálicos nossos.
- ⁷ Situação Atual da Subversão na Área do Rio Grande do Sul (SNI - Agência de Porto Alegre, 31/07/1978).
- ⁸ Apreciação N° 018/10/AC/81 (SNI, Agência Central, Assunto: A CONCLAT, a CUT e a greve geral, 16/06/1981)
- ⁹ Para fixar as importantes alianças criadas entre líderes sindicais e dirigentes comunitários durante as greves operárias do Grande ABC, ver: PORTELLA, Caio Oliveira. *O espaço político do PT: a fábrica, o bairro, o sindicato e o partido*. Niterói, 2022. Monografia (Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.
- ¹⁰ Analisamos, na pesquisa, documentos provenientes do SNI — tanto de sua agência central quanto das estaduais — e da Divisão de Segurança e Informação de Ministérios diversos — como o da Educação, Exército, Trabalho e Justiça.
- ¹¹ cf. CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. *Liberalização e tutela militar: o governo Geisel*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019
- ¹² Relatório Especial de Informação, N° 01/81 - Data 05/81, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, CIE.
- ¹³ Informe N° 5769/119/ASP/78. SNI, Agência de São Paulo, 17/11/78, Assunto: Atividade de Luiz Inácio Da Silva (“Lula”).
- ¹⁴ Encaminhamento N° 013/10099/79/10/DSI/MEC (Ministério de Educação e Cultura - Divisão de Segurança e informações, 15/08/1979). Itálico nosso.
- ¹⁵ Apreciação N° 018/10/AC/81 (SNI, Agência Central: A CONCLAT, a CUT e a greve geral, 16/06/1981). Itálicos nossos.
- ¹⁶ Uma parcela considerável das formulações petistas acerca do “petebismo” e do “pecebismo” podem ser encontradas em cf. *O Socialismo nas Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores*. Centro Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018
- ¹⁷ Informe N° 0632/31/AC/79, Assunto: Documentação Apreendida em Aparelho do MR-8 em Belo Horizonte/MG, 05/04/79
- ¹⁸ Informação N° 81/79/DSI/MTb, Ministério do Trabalho, Divisão de Segurança e Informações, 20/04/1979, Assunto: Movimento Grevista na Região do ABC - São Paulo
- ¹⁹ Relatório Especial de Informação, N° 01/81 - Data 05/81, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, CIE.
- ²⁰ Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro, Processo Gab N°100145, 07/08/1980, Assunto: Atividade do Partido dos Trabalhadores (PT) em São Paulo
- ²¹ *idem*.
- ²² Informe N° 065/79/SIC/DSO/MC. 16/05/79, Ministério das Comunicações, Divisão de Segurança e Informações, Assunto: Relatório sobre a situação de greve nas empresas de São Paulo/SP e Minas Gerai
- ²³ Choque de veículo e apreensão de material subversivo em São Bernardo do Campo/SP, 15/02/1982. Sem autoria declarada.

Recebido em: 12 de fev. 2024

Aprovado em: 06 de abr. 2024